

## **ORGANIZAÇÕES GLOBO VERSUS ANCINAV: RELATO DE UMA DISPUTA**

**Marina Rossato Fernandes<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo tem como tema o poder que as Organizações Globo detêm, tanto econômico como político, tomando como objeto de estudo a reação desta Organização ao anteprojeto que, em 2004, propunha a transformação da Ancine (Agência Nacional do Cinema) em Ancinav (Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual). Por meio da análise da repercussão desta proposta na mídia, da compreensão de como se dá a regulação da televisão nacional e das mudanças que este anteprojeto propunha, será possível levantar hipóteses que justifiquem o posicionamento das Organizações Globo e qual foi sua influência para o engavetamento do anteprojeto.

**Palavras-chave:** Audiovisual, Estado, Política, Mídia, Televisão

### **1 Propostas da Ancinav**

Em 2004, durante o primeiro mandato do governo Lula, o Ministério da Cultura, que tinha como ministro Gilberto Gil, encaminhou ao Conselho Superior de Cinema o anteprojeto que propunha a transformação da Agência Nacional do Cinema (Ancine) em Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) ao Conselho Superior de Cinema. O anteprojeto foi elaborado por uma equipe de técnicos, consultores e dirigentes do Ministério da Cultura durante 14 meses e ficou em consulta pública por dois meses antes de ser enviado àquele conselho.

Desde 2000, durante o III Congresso Brasileiro de Cinema realizado em Porto Alegre, o meio cinematográfico já havia proposto explicitamente a criação de uma agência para o cinema bem como a adoção do marco regulatório. A mobilização deste setor e o amadurecimento do governo resultaram na criação da Ancine em 2002, que é uma agência reguladora que tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil.

A Ancinav foi uma proposta de ampliar a atuação da Ancine. A nova agência passaria a regular o audiovisual como um todo, e não somente o cinema, sendo capaz de fiscalizar e fomentar o setor audiovisual. O anteprojeto propunha que a agência tivesse o papel de

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Imagem e Som da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: ma.rossato.f@gmail.com

regular, mediar e estimular as atividades de produção e de difusão de conteúdos audiovisuais no país, considerando os diversos meios de produção e de difusão já existentes.

Esta nova agência passaria a regular também a televisão, cobrando taxas e reservando espaço para a exibição da produção independente e regional. Esta proposta constituiu-se em uma novidade quanto à política do audiovisual no Brasil, pois em nosso país historicamente a televisão - que acumula lucros, espectadores e poder político - nunca apresentou interesse em dialogar com o cinema. As emissoras exibem produção própria e produção estrangeira, com pouca relação com o cinema para além da atuação da Globo Filmes.

Pensando na consolidação desta relação entre cinema e televisão que o anteprojeto baseia algumas de suas propostas. O modo de produção da Rede Globo é verticalizado, ou seja, a emissora é responsável pela produção, distribuição, exibição e venda para o exterior, existindo pouco espaço destinado a produção nacional independente. Considerando este modelo e entendendo a dificuldade que isto gera para a produção audiovisual nacional, pois a emissora seria um importante mercado consumidor de obras audiovisuais e uma excelente via de escoamento da produção devido a sua alta audiência que garantiria visibilidade das obras, que o governo propõe a reserva de espaço na programação.

Assim, por meio do Artigo 90 foi proposta a reserva de espaço para a programação nacional independente e regional, onde as emissoras de televisão aberta deveriam dedicar 20% de sua programação a esse tipo de produção. Para os canais por assinatura o Artigo 92 estipula que em cada um dos pacotes de canais de programação deve haver um percentual mínimo de obras nacionais de acordo com seu volume de programação. Por meio desta proposta o governo entendia que a obrigatoriedade de exibição da produção independente alavancaria a produção desta, gerando mais empregos no setor, contribuindo para diminuir a concentração da produção de conteúdo e diversificaria a programação da televisão, além de modificar o formato de apoio às produções nacionais, que atualmente dependem de incentivos diretos ou indiretos do Estado, repassando esta função para a iniciativa privada, já que esta seria obrigada a adquirir programação independente. .

Quanto à taxa pretendia-se expandir as bases de arrecadação da Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional) como, por exemplo, por meio do inciso I do Art. 60 que taxava a exploração comercial de obras cinematográficas e audiovisuais em diversos segmentos, inclusive de radiodifusão e o inciso V que criava a Condecine de 4% sobre a compra de mídia na televisão pelas empresas que anunciam. O inciso VI taxava o faturamento do serviço de distribuição de conteúdos audiovisuais por telefonia, e a taxa sobre a exploração de obras cinematográficas nas salas de exibição aumentava de acordo com o número de cópias, ou seja, filmes com grande potencial comercial que estreavam simultaneamente em várias salas seriam taxados em maior porcentagem.

Essas, entre outras taxas, seriam destinadas ao Funcinav - Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Cinema e do Audiovisual Brasileiro- fundo que visava financiar o fomento às atividades audiovisuais. Desse modo o Estado passaria a taxar a indústria consolidada do audiovisual, como as emissoras de televisão e agências de publicidade, para

incentivar principalmente o cinema, que ainda não é uma indústria estabilizada, estimulando a produção regional e a independente em relação às grandes emissoras, a distribuição, e a melhora da infraestrutura de exibição.

Este anteprojeto causaria mudanças diretas no modelo de trabalho da Rede Globo, acostumada a não dialogar com o cinema para além da Globo Filmes e a basear sua programação em produções próprias ligadas à publicidade. Primeiramente propõe a quebra do modelo vertical, obrigando a emissora a exibir produção independente, o que acarretaria em compra ou co-produção de conteúdo, estimulando a indústria audiovisual nacional. Outra alteração é referente à taxação para exploração de obra cinematográfica ou videofonográfica de acordo com sua duração, variando de R\$300,00 para obras de até 15 minutos a R\$3000,00 para obras superiores a 50 minutos. O que era uma proposta inédita, pois até então a televisão nunca havia sido taxada.

## 2 Ataque e repercussão

A proposta de criação da Ancinav foi muito atacada pelas grandes emissoras de televisão, as distribuidoras de filme estrangeiro representadas pela MPA (Motion Picture Association), exibidores, o Fórum do Audiovisual e do Cinema (FAC) e os cineastas Roberto Farias, Cacá Diegues e Luiz Carlos Barreto. Neste ataque destaco as ações da Rede Globo, que não queria ser taxada nem regulada como era proposto no anteprojeto.

As Organizações Globo investiram em propagandas transmitidas em seus canais que afirmavam para os espectadores que o governo estaria tentando controlar o que eles assistiam, gerando uma indisposição da população com relação à proposta. Também contou com apoio de parte da mídia impressa, como o jornal O Estado de S. Paulo, que acusavam a proposta de autoritária e de controladora da liberdade de expressão.

Além de usufruir da televisão para veicular propaganda negativa ao anteprojeto, a Globo também conta com a mídia impressa, como o jornal O Globo, que na cobertura dos eventos relacionados à discussão do documento dá destaque aos posicionamentos contrários e publica opiniões radicais e acusatórias. Como é o exemplo da reportagem "Artistas e intelectuais criticam ação da Ancinav"<sup>2</sup>, que relata as opiniões dos participantes do Fórum de Audiovisual e Cinema (FAC). Vale ressaltar que o FAC foi criado em novembro de 2004 e tinha como principal objetivo combater o anteprojeto, como afirma Roberto Farias em matéria veiculada no próprio site do Fórum<sup>3</sup> “ ‘Esta organização já vinha se desenhando

---

<sup>2</sup> MEDEIROS, Fernanda. [ Artistas e intelectuais criticam criação da Ancinav]. O Globo, Rio de Janeiro, 16 dez. 2004. Disponível em <http://www.cinemabrazil.com.br/pipermail/cinemabrazil/2004-December/007391.htm>

<sup>3</sup> Tela Viva News. [Fórum do cinema e TV é oficializado em São Paulo]. Tela Viva News, São Paulo, 22 nov. 2004. Disponível em <http://www.telaviva.com.br/22/11/2004/forum-do-cinema-e-tv-e-oficializado-em-sao-paulo/tl/50294/news.aspx>

antes mesmo do projeto’, afirmou. Mas deixou claro que o projeto de lei será a principal frente de batalha da entidade”.

A matéria dá voz aos artistas contrários às propostas como se eles representassem a totalidade da classe cinematográfica e o anteprojeto fosse uma imposição do governo, o que não é verdade, pois o projeto atende a uma reivindicação do próprio setor cinematográfico. É evidente que neste meio há uma divisão entre os que são favoráveis e os que se opõe a proposta, a questão é como esses lados são expostos pela mídia.

Também são publicadas colunas de opinião em que o ataque à proposta é mais explícito, como a coluna de Arnaldo Jabor que diz:

Esse surto de leninismo que incendiou a alma simples dos petistas ultimamente, esse ataque recente à “democracia burguesa” que o governo de Lula lançou contra a sociedade, a fome dos “soviéticos” de Gil, embuçados e severos contra o cinema e a TV. (JABOR, 2004)

Onde a crítica ao anteprojeto confunde-se com o ataque ao partido político e ao governo de Lula, resultando em um afronto quanto á integridade dos representantes do Ministério da Cultura.

O ataque ao anteprojeto por parte da mídia começou antes mesmo de sua discussão no âmbito do Conselho Superior de Cinema, pois o documento vazou pelo site “PayTv”, então as primeiras informações que a população teve sobre o anteprojeto foram negativas, antes mesmo de conhecer suas propostas, o que contribuiu para a formação de um clima impróprio para o debate.

Os itens que poderiam motivar os ataques quanto ao autoritarismo e o dirigismo foram os artigos 8º “ a liberdade será a regra, constituindo exceções as proibições, restrições e interferências do Poder Público” e o inciso I do artigo 43 que se referia “a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação”, ambas davam espaço a interpretações ambíguas e foram retiradas do projeto em sua segunda versão, eliminando assim qualquer possibilidade de vincular a proposta a censura e ao comunismo soviético, como tantas vezes apontado pela imprensa.

Porém as acusações continuaram e o real motivo desses ataques era possibilidade de regulação desta atividade. Pois o Código Brasileiro de Telecomunicação está ultrapassado e ineficiente, e a atividade de radiodifusão segue praticamente sem regulamentação. E a regulação na área audiovisual não deve ser confundida com dirigismo, pois é uma obrigação do governo propiciar um ambiente democrático para difusão de conteúdos, garantindo a liberdade de expressão e combatendo o monopólio, pré-requisito para o desenvolvimento do mercado.

Outro motivo que gerou protesto da Rede Globo foi a intenção de reservar espaço para a programação independente dentro das emissoras de televisão. O objetivo seria quebrar a produção verticalizada das emissoras e abrir espaço para novos conteúdos produzidos por outras empresas, diminuindo o monopólio. Caberia a cada emissora escolher a programação que julgar pertinente, a lei apenas estipularia a cota mínima de produção independente e

regional a ser exibida na emissora aberta, e na por assinatura um percentual mínimo, em cada um dos pacotes de canais de programação oferecidos, que seria estipulado de acordo com volume total de programação.

Porém este item foi divulgado de maneira distorcida, induzindo a interpretação de que a nova agência pretendia controlar o conteúdo da programação exibida, instalando a censura na mídia, mesmo que já tenha ficado explícito no Art. 2º que a intenção não era esta, “ A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, não sofrerão qualquer restrição ou censura de natureza política, ideológica e artística”.

O objetivo estratégico do anteprojeto fica claro no Artigo 5º

Art. 5º Na regulação das relações econômicas das atividades audiovisuais observar-se-ão, em especial, os princípios constitucionais da soberania nacional, da diversidade e da preservação do patrimônio cultural brasileiro, da função social da propriedade, da vedação ao monopólio e ao oligopólio dos meios de comunicação social, da liberdade de iniciativa, da livre concorrência, da defesa do consumidor, da redução das desigualdades regionais e sociais e da repressão ao abuso do poder econômico.

Ou seja, pretendia-se diminuir o monopólio e abrir espaço para outros conteúdos audiovisuais, desconcentrando a produção do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, o que afetaria diretamente a Rede Globo.

### **3 Motivos e consequências**

Este grande conglomerado de mídia, que tem amplo poder de formação de opinião junto à maioria da população do país, devido a sua grande audiência, também conta com elevado poder econômico. As Organizações Globo atuam em diferentes mercados, como rádio, mídia impressa, indústria fonográfica e cinema, criando sinergias e otimizando seu capital. Além de se tornar mais sólida, pois se um de seus investimentos der prejuízos outros podem compensá-los, controla boa parte da mídia brasileira e consolida-se assim como uma empresa segura para investimentos e de alto poder econômico.

Seu poder político se dá desde o seu desenvolvimento ligado ao governo durante a ditadura militar, podendo influenciar tanto o Congresso Nacional como o Executivo. Esta influência é reforçada a partir de concessões de retransmissoras afiliadas da Rede Globo que são controladas por políticos, estabelece-se assim o chamado coronelismo eletrônico, que “inclui a relação de clientelismo político entre os detentores do poder público e os proprietários de canais de televisão”<sup>4</sup>. A distribuição das afiliadas encontra atores

---

<sup>4</sup> SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTO, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. p.80

identificados com este coronelismo e domina o quadro de concessões desta emissora, estreitando sua relação com o governo.

Um exemplo de seu poder no Congresso é o caso da mudança da legislação que passou a permitir a entrada de capital estrangeiro. A empresa que sempre se posicionou contrária à participação deste tipo de capital se endividou e em 2002 viu como uma solução possível o acesso a essa verba internacional. Gozando de influência no campo político e exercendo o lobby, a ementa foi aprovada no dia 20 de dezembro de 2002, alterando a legislação e permitindo a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Com o acesso a este capital as Organizações Globo conseguiram superar seu endividamento.

O uso de sua influência política é uma grande arma da Organização, como aponta Pedro Butcher<sup>5</sup>: "Maior parte da movimentação da Globo se dá na área do lobby político, no sentido de retardar as implantações de regulação ou mesmo de novas tecnologias que possam ameaçar esse seu formato altamente influente."

O que foi o caso da campanha contrária ao anteprojeto da Ancinav, temendo a diminuição de seu monopólio, a emissora ergue a bandeira do nacionalismo, este que já foi empregado em tantas ocasiões ao longo da história, ao dizer que é responsável pelo único modelo de indústria possível resistente a entrada do produto estrangeiro, porém sem considerar que o produto nacional que ela produz é referente apenas a uma visão, não levando em conta a pluralidade de produções audiovisuais feitas no Brasil, estas que lutam por um espaço de visibilidade.

O medo de perder o domínio da produção audiovisual nacional e ter que repensar seu modelo de negócio, pois em seus moldes atuais a empresa necessita da manutenção da hegemonia da produção para dominar o mercado publicitário e dar continuidade as suas atividades, foi um dos motivos que iniciou o ataque ao anteprojeto, disfarçado em acusações de autoritarismo e censura.

Outro motivo é referente às taxações que foram propostas, a emissora deveria pagar Condecine pela exploração comercial de obras audiovisuais, o que obviamente não a agradou. A taxa prevista para as empresas anunciantes na compra de espaço de mídia na televisão também geraria uma diminuição da arrecadação da emissora na venda do espaço publicitário, pois mesmo que não estabelecido por lei estas empresas provavelmente repassariam esta defasagem na compra do espaço para anunciar.

Durante todo o período da implantação da televisão no Brasil e da consolidação da Rede Globo nunca houve uma regulação efetiva deste setor, pois o Código Brasileiro de Telecomunicação (CBT) criado em 1962 que passou a regular a atividade de telecomunicação tinha preocupações mais políticas que econômicas, não se precavendo quanto à formação de monopólio, e sim garantindo a indicação por parte do governo de quem estaria à frente do

---

<sup>5</sup> BUTCHER, Pedro. A dona da história: origens da Globo Filmes e seu impacto no audiovisual brasileiro. p.57

Contel (Conselho Nacional de Telecomunicação).<sup>6</sup>Esta regulamentação fraca permitiu que a emissora concentrasse poder político e econômico, e a possibilidade de que isto se alterasse como era proposto pelo anteprojeto, fez com que a Rede Globo saísse na defesa de seus interesses, valendo-se de ataques infundados que causaram polêmica e prejudicaram o debate em torno das efetivas propostas.

No acúmulo de poder e na falta de regulação em todo este período de existência a emissora parece esquecer que é uma concessão pública, e que tem compromissos como tal. O que foi proposto era a criação de regras que garantissem a diversificação da produção audiovisual nacional, combatendo a dominação da empresa e democratizando o espaço público, pois mesmo que a exploração seja privada o espaço ainda é público, a emissora apenas tem o direito de explorá-lo, sobre determinadas regras que garantam os direitos da sociedade.

Com seus ataques veiculados pela mídia gerou um clima de indisposição em relação à proposta, devido ao grande público que atinge e influencia, acusando a proposta de autoritária e não medindo palavras ao relacioná-la com a censura as Organizações Globo contribuíram para a não efetivação do anteprojeto da Ancinav. Além de criar um ambiente hostil, a empresa conta com grande poder político e por meio do lobby no Congresso Nacional conseguiu pressionar por um resultado a favor de seus interesses, como já havia feitos em outros casos. Assim, é possível apontar a ação da Rede Globo como um dos motivos que fez com que o governo optasse por engavetar o anteprojeto que pretendia transformar a Ancine em Ancinav e os serviços de radiodifusão continuassem sem atualização da regulação.

## Referências

- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil? São Paulo: Paulus, 2007.
- BRITTOS, Valério Cruz. Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder. São Paulo: Paulus, 2005.
- BUTCHER, Pedro. A Dona da História: Origens da Globo Filmes e seu impacto no audiovisual brasileiro. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), RJ, 2006.
- JABOR, Arnaldo. Ai, que saudades do comunismo! O Globo, Rio de Janeiro, 17 ago. 2004.
- MATTOS, Sérgio. História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- MEDEIROS, Fernanda. Artistas e intelectuais criticam criação da Ancinav. O Globo, Rio de Janeiro, 16 dez. 2004.

---

<sup>6</sup> Ibid., p:40

MELEIRO, Alessandra (Org). Cinema e economia política. São Paulo: Escrituras, 2009.

\_\_\_\_\_. Cinema e políticas de Estado: da Embrafilme à Ancine. São Paulo: Escrituras, 2009.

RAMOS, José M. O. Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. Cinema, televisão e publicidade: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980. São Paulo: Annablume, 2004.

SIMIS, Anita. Estado e cinema no Brasil. São Paulo: Annablume, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Minuta revisada pelo Comitê da Sociedade Civil do projeto pela criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, 2004.

TELA VIVA News. Fórum do cinema e TV é oficializado em São Paulo. 22 nov. 2004